

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita extingue isenção de contribuição de pastores.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: renda de dois salários perderá isenção..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita suspende isenção de ir de líderes religiosos..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Seguindo TCU, Receita corta isenção a religiosos.....7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita veta isenção a pastores..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova etapa da reforma tributária deve mexer em IR e Simples, sugere TCU.....10

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita anula isenção tributária para líderes religiosos.....12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Concentração aumenta, e 5% mais ricos já detêm 40% da renda nacional.....13

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renda dos mais ricos aumenta o triplo no Brasil..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU: déficit pode ir a R\$ 55,3 bi em 2024..... 15

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU vê rombo de R\$ 55,3 bi em 2024 como possível.....16

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Nova regra na Previdência Complementar: mais controle e flexibilidade - ECONOMIA PARA
TODOS..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estima elevar a receita em R\$ 20 bi.....19

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios discutem autonomia tributária..... 20

Quinta-Feira, 18 de Janeiro de 2024

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Inovação é principal trava para crescimento do país 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Municípios preveem FPM acima da inflação neste ano 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juro real cai à mínima em dois anos, mas permanece restritivo 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados estendem perdas pelo 2º dia com pessimismo no exterior 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE deve cortar juros no meio de 2024, diz Lagarde 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

Companhias aéreas tentam alterar rating para reduzir dívida tributária de R\$ 4 bi
..... 29

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Opep eleva a projeção de oferta do Brasil 31

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
ECONOMIA

Inflação de 2023 de mais pobres foi quase metade da percebida por mais ricos, diz Ipea
..... 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Qualidade dos investimentos no País é baixa 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IGP-10 acumula menor alta em janeiro em 29 anos 35

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

IGP-10 avança 0,42% em janeiro, diz FGV 36

Receita extingue isenção de contribuição de pastores

A **Receita Federal** suspendeu, ontem, uma medida da gestão anterior da autarquia que ampliava a isenção de contribuições previdenciárias sobre a remuneração de pastores e chefes religiosos, e livrava as igrejas de dívidas milionárias. A decisão, assinada pelo atual chefe do fisco, Robinson Barreirinhas, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Às vésperas da campanha eleitoral de 2022, o então secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, publicou ato liberando as igrejas de recolher contribuições previdenciárias sobre as chamadas prebendas, um tipo de remuneração especial por meio da qual as igrejas pagam pastores e demais lideranças. Elas não são consideradas "salários", mas um tipo de pagamento "em face do mister religioso ou para a subsistência".

À época, o presidente Jair Bolsonaro buscava consolidar o apoio do segmento evangélico para a tentativa de se reeleger.

Técnicos da Receita apontam que as prebendas se tornaram um mecanismo para que as denominações religiosas não recolham contribuições previdenciárias e Imposto de Renda.

Além de liberar as contribuições, a decisão de Vieira Gomes, que tinha tom interpretativo da legislação, criou um precedente oficial para que as igrejas questionassem a cobrança de dívidas previdenciárias milionárias.

É que quando o ato foi publicado, em 1º de agosto de 2022, a Receita cobrava dívidas previdenciárias de diversas instituições religiosas que, no entendimento do fisco, não faziam jus às isenções porque as prebendas vinham sendo usadas de forma inadequada, em substituição a salários.

No Ato Declaratório Executivo nº 1, publicado ontem, Barreirinhas, indicado ao posto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, suspende a eficácia do ADI publicado pela gestão anterior. "Com o ato declaratório anterior, provavelmente o contribuinte compareceu à Receita e pediu para (a dívida) ser anulada. Cancelando o ADI de 2022, a Receita pode voltar a lançar? Pode, mas não aquilo que já ultrapassou cinco anos. O que era de 2016 não pode lançar mais. A existência daquele ADI de 2022 tem

grandes chances de ter causado prejuízo?

Sim. Lançamentos de fatos geradores antigos todos foram cancelados", afirmou Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional, uma das entidades que congregam os auditores fiscais da **Receita Federal**.

Ex-chefe da Receita no governo Bolsonaro, Vieira Gomes se envolveu na polêmica da pressão a funcionários do fisco para que liberassem um conjunto de joias enviadas pela Arábia Saudita a Bolsonaro. A entrada dos itens no país com uma comitiva oficial do governo foi barrada na alfândega de Guarulhos.

No fim do governo Bolsonaro, Vieira Gomes recebeu a indicação para ser adido tributário em Paris. Ele foi exonerado da Receita em maio do ano passado.

IR: renda de dois salários perderá isenção

» EDLA LULA » VITÓRIA TORRES* * Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino

Um estudo da Unafisco Nacional aponta que trabalhadores com renda de dois salários mínimos voltarão a pagar o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) em 2024. De acordo com a entidade, que representa os auditores fiscais da **Receita Federal**, a recente correção do salário mínimo impactou diretamente a faixa de renda antes considerada isenta.

Embora o governo tenha elevado a faixa de isenção do Imposto de Renda no ano passado, não foi suficiente para manter os trabalhadores que ganham dois mínimos fora da tributação. O levantamento da Unafisco mostra que essa parcela da população volta a ser tributada, recolhendo R\$ 13,80 de imposto todo mês. "É, no mínimo, um absurdo", afirmou Mauro Silva, presidente da entidade.

"O governo vendeu a ideia de isenção para quem ganha até dois salários mínimos, mas isso não é verdade. Essa parcela agora recolherá R\$ 13,80 de imposto todo mês", observou.

A entidade lembra que a defasagem também impacta aposentados e pensionistas do **INSS**, com reajuste de 10,16% em 2024.

"O governo está penalizando quem ganha menos. É crucial corrigir a tabela do IRPF para refletir a realidade da **inflação**", acrescentou Mauro Silva.

Promessa de campanha No ano passado, o governo reimplantou a política de valorização do salário mínimo, promessa de campanha e uma das marcas das gestões petistas. Com o retorno dessa política, a remuneração passa a ter aumento real, deixando de ser corrigido apenas pela **inflação**.

A nova lei do salário mínimo prevê que os reajustes anuais levem em conta a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores, mais a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo ano anterior ao ano vigente.

Caso a economia brasileira não apresente crescimento real, o valor será reajustado apenas pelo INPC.

Com esse cálculo, o governo estipulou o ganho de R\$ 1.412 para o mínimo pago nos vencimentos a partir de

janeiro deste ano. Por outro lado, sem o aumento da faixa de isenção na tabela do imposto de renda, na mesma proporção, aqueles que ganham os dois salários mínimos acabam devolvendo dinheiro para o próprio governo.

A correção da tabela também é uma promessa de campanha.

Já empossado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a anunciar que pretende elevar a isenção para os R\$ 5 mil. Porém, as restrições orçamentárias impediram que isso fosse feito em 2023. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu enviar, no primeiro semestre, a reforma da tributação da renda, que inclui a elevação da faixa de isenção.

Impacto O estudante Adalberto Júnior, 35 anos, que é residente jurídico, recebendo dois salários mínimos, expressou preocupações sobre o impacto do recolhimento do imposto todo mês. "Isso reduz a capacidade de consumo e a qualidade de vida de cada um de nós, especialmente considerando todas as despesas que temos ultimamente, como gasolina cara, comida cara, produtos de limpeza caros. Esse valor vai impactar muito as famílias. É muito importante, além de só aumentar o salário mínimo, equalizar todas as outras áreas", disse.

Para a cobradora de ônibus aposentada, Lúcia Galvão, 64, é frustrante a forma como os **impostos** afetam desproporcionalmente aqueles que ganham menos. Ela lembra que além do imposto de renda, a tributação sobre consumo também pesa no bolso. "É um absurdo esses **impostos**, sempre os que ganham menos são os que pagam mais", desabafa.

O advogado Eliseu Fernando Galdino Mariano destaca o aspecto da "injustiça tributária", em que aposentados têm que pagar o imposto de renda quando mais necessitam, especialmente com o aumento dos gastos relacionados à velhice. O jurista considera uma "necessidade urgente" alinhar a tabela do IR à valorização do salário mínimo, para evitar mais impactos negativos na vida dos aposentados e pensionistas do **INSS**.

"Ao meu entender é injusto o aposentado no momento em que mais precisa, ou seja, em sua velhice, quando aumentam os gastos com medicamentos, plano de saúde, ainda presenciar a possibilidade de descontos a título de imposto de renda em seu benefício de aposentadoria", observou.

Mariano também expôs a conjuntura econômica, com altas nos preços de alimentos e bebidas, tornando crucial a correção anual da tabela de isenção, mantendo-a proporcional à valorização do salário mínimo. "Para corrigir esse problema, entendo ser necessário que haja correção da tabela de isenção de forma anual, na mesma proporção da valorização do salário mínimo".

Correção De acordo com o especialista em direito previdenciário José Hailton Diana, trabalhadores que recebem a partir de dois salários mínimos estarão sujeitos novamente ao Imposto de Renda.

Ele também enfatizou a necessidade de corrigir a tabela de isenção anualmente, seguindo a valorização do salário mínimo, para garantir justiça fiscal.

"Entendemos que a medida mais adequada seria a nova correção da tabela do imposto de renda, até porque a ideia da correção da tabela é proporcionar uma justiça fiscal para aquela faixa da população que recebe uma remuneração menor", apontou.

"O ideal seria que o presidente enviasse para o Congresso Nacional um projeto de lei atrelando as faixas de isenção a percentuais do salário mínimo, de modo que sempre que houver a correção do salário mínimo automaticamente as faixas igualmente seriam corrigidas, evitando essas distorções e prejuízo aos trabalhadores", concluiu.

Receita suspende isenção de ir de líderes religiosos

Brasília - O Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria Especial da **Receita Federal**, editou ontem um ato declaratório executivo que suspendeu a isenção de Imposto de Renda (IR) sobre os ganhos de "ministros de confissão religiosa" incluindo os pastores evangélicos. A isenção fiscal em salários e remunerações pagos pelas igrejas a pastores havia sido criada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em julho de 2022. "Os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministros de confissão religiosa, com os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, em face do mister religioso ou para a subsistência, não são considerados como remuneração direta ou indireta", dizia o ato.

Na época, o secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, que é próximo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), assinou um ato que ampliou a isenção de contribuição previdenciária sobre os salários pagos por entidades religiosas e instituições de ensino vocacional a pessoas que prestem trabalhos religiosos, o que beneficiaria aliados do ex-presidente, como pastores.

As entidades religiosas aparecem na lista de devedores inscritos na Dívida Ativa da União com débito de R\$ 1,02 bilhão. A suspensão, segundo o atual secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ocorre após um processo aberto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que considerou a isenção um caso atípico pelo Fisco.

Segundo o ato cancelado, "serão consideradas remuneração somente as parcelas pagas com características e em condições que, comprovadamente, estejam relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado, hipótese em que o ministro ou membro, em relação a essas parcelas, será considerado segurado contribuinte individual, prestador de serviços à entidade ou à instituição de ensino vocacional".

O ex-secretário especial Julio Cesar Gomes Vieira foi exonerado da **Receita Federal** em junho do ano passado, após sair à tona o envolvimento dele no caso da liberação de joias dadas de presente por governos estrangeiros ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Quando comandava o órgão, Julio Cesar assinou o despacho que pedia aos auditores da Receita no aeroporto de

Guarulhos que entregassem um conjunto de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente em 2022. A defesa de Bolsonaro nega qualquer irregularidade.

reação

O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), um dos líderes da bancada evangélica, disse que o fim do benefício é "prato cheio" para campanha contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "É uma prova do que sempre falamos: o governo Lula persegue os segmentos religiosos. Estão sustando o ato declaratório do ex-secretário da Receita, para que cada auditor interprete a lei como quiser, voltando à velha fábrica de multas", disse.

A senadora Damares Alves (Republica-nos-DF) também disse que o governo Lula faz perseguição a religiosos, reforçando a narrativa de bolsonaristas usada na eleição presidencial de 2022. "Começou! Nós avisamos que de uma forma ou de outra a perseguição viria. Por enquanto é a isenção, mas temos países aqui em nosso continente liderados pela esquerda onde líderes religiosos estão sendo presos e até mesmo expulsos" escreveu a ex-ministra.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Segundo TCU, Receita corta isenção a religiosos

Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana e Lucas Ferraz

A **Receita Federal** suspendeu nessa quarta-feira a isenção tributária sobre a remuneração de líderes religiosos. A isenção tinha sido concedida em agosto de 2022 no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela foi revogada por meio de ato publicado no "Diário Oficial da União" (DOU) pelo atual secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas.

Na prática, "os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministros de confissão religiosa, com os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, em face do mister religioso ou para a subsistência", voltarão a ser "considerados como remuneração direta ou indireta"-e conseqüentemente serão tributados como tal.

Segundo **comunicado** da Receita, a decisão "atende determinação" do Tribunal de Contas da União (TCU). A Receita não informou, entretanto, qual a estimativa de arrecadação com a medida.

Em dezembro, a unidade especializada em tributação do TCU recomendou a suspensão da isenção até uma análise definitiva por parte do órgão, ainda sem previsão de acontecer. O tribunal soltou nota à noite, informando que "ainda não há decisão no processo que avalia a legalidade e a legitimidade da isenção de **impostos**".

Um dos expoentes da bancada evangélica, o segundo vice-presidente da Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), afirmou que a decisão é "mais uma prova do veneno do PT contra religiosos". O parlamentar, que desconsiderou a recomendação do TCU, vê na iniciativa uma tentativa do governo de chantagear o grupo, mas pontua que os evangélicos não cederão à pressão.

"Eles estão suspendendo um ato declaratório explicativo. As igrejas já têm constitucionalmente a imunidade. Sustar esse ato é mais uma prova do veneno do PT contra os religiosos. Isso é típico de governo de esquerda", diz Sóstenes, oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O integrante da Mesa Diretora da Câmara reclama que

a medida abre brecha para que fiscais "façam chantagem e produzam multas indevidas para perseguir o segmento religioso".

Segundo ele, a resistência à iniciativa será política. O deputado do PL garante que governo não conseguirá se reaproximar do grupo por meio de chantagem.

"Se a tática do governo é nos chantagear, o tiro vai sair pela culatra e não vamos ceder. Eu me nego a acreditar que evangélicos vão ceder à chantagem desse governo e ir lá conversar por causa dessa decisão. Se querem perseguir, que persigam".

Fontes da bancada evangélica avaliam que a iniciativa afasta ainda mais os evangélicos do Palácio do Planalto. A tendência é que a oposição ganhe ainda mais força a partir de decisões do governo que afetem o grupo diretamente.

Essa é a avaliação do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de duas lideranças evangélicas que fundaram a igreja, Edir Macedo e R.R. Soares.

"O importante é garantir a imunidade, isenções temporárias podem ser derrubadas", disse Crivella. Ele menciona uma proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria, apresentada no ano passado, como solução para garantir a isenção tributária total para religiosos em três aspectos: renda, consumo e patrimônio.

A PEC, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, propõe vedar a "instituição ou incidência" de **impostos** sobre a "aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços".

No passado, quando era senador, Crivella tentou aprovar uma medida no Congresso para que padres e pastores tivessem carteira assinada. Houve forte reação, inclusive da Igreja Católica, e o projeto não andou.

"Os religiosos vocacionados, caso de freiras, padres e pastores, não têm lucro, férias nem 13º salário. Não há vínculo nenhum e eles ainda serão penalizados com **impostos**?", questionou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1§ion=1)**

Receita veta isenção a pastores

A **Receita Federal** suspendeu uma medida da gestão anterior que ampliava a isenção de contribuições previdenciárias sobre a remuneração de pastores e líderes religiosos e livrava as igrejas de dívidas milionárias.

A decisão, assinada pelo atual chefe da Receita, Robinson Barreirinhas, foi publicada no Diário Oficial da União. Às vésperas da campanha eleitoral de 2022, o então secretário especial, Julio Cesar Vieira Gomes, publicou ato liberando as igrejas de recolher contribuições previdenciárias sobre chamadas prebendas, um tipo de recurso especial por meio da qual as igrejas pagam pastores e demais lideranças.

Elas não são consideradas "salários", mas um tipo de pagamento "em face do mister religioso ou para a subsistência." Na época, o presidente Jair Bolsonaro (PL) buscava consolidar o apoio do segmento evangélico para tentar ser reeleito. Mas técnicos da Receita apontam que as prebendas acabaram se tornando um mecanismo para que as denominações religiosas não recolham contribuições previdenciárias e Imposto de Renda.

Além de liberar as contribuições, a decisão de Vieira Gomes, que tinha tom interpretativo da legislação, criou um precedente oficial para que as igrejas questionassem a cobrança de dívidas previdenciárias milionárias.

É que quando o ato foi publicado, em 1º de agosto de 2022, a Receita cobrava dívidas previdenciárias de diversas instituições religiosas que, no entendimento do Fisco, não faziam jus às isenções porque as prebendas vinham sendo usadas de forma inadequada, em substituição a salários.

Ontem, o secretário Barreirinhas, indicado ao posto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, suspende a eficácia do ADI publicado pela gestão anterior.

"Com o ato declaratório anterior, provavelmente o contribuinte compareceu à Receita e pediu para ser anulada. Cancelando o ADI de 2022, a Receita pode voltar a lançar?"

Pode, mas não aquilo que já ultrapassou 5 anos. A existência daquele ADI de 2022 tem grandes chances de ter causado prejuízo?"

Sim", afirmou Mauro Silva, presidente da Unafisco

Nacional.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17284>

Nova etapa da reforma tributária deve mexer em IR e Simples, sugere TCU

Jéssica Sant"Ana e **Guilherme Pimenta**

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) enviou ao governo federal um parecer prévio com cinco principais recomendações para a **reforma tributária** sobre a renda, que será proposta pelo Executivo ao Congresso até meados de março. O objetivo é que o relatório final forneça insumos ou diagnósticos para elaboração do projeto de lei, que vem sendo desenhado pelo Ministério da Fazenda, e para as discussões no Congresso.

A primeira recomendação é revisar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), considerando o aumento do número de faixas de incidência, a atualização da faixa de isenção e aumento das alíquotas máximas. Valores não foram sugeridos até o momento pelos auditores. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil.

No relatório prévio, ao qual o Valor teve acesso, os auditores concluíram que a atual tabela do IR favorece, de maneira desproporcional, as famílias de maior renda. "A alíquota máxima [da tabela] atinge contribuintes em faixas de renda muito desiguais, o que resulta em uma situação em que os contribuintes de renda mais alta pagam uma proporção menor de sua renda em **impostos** do que os contribuintes de renda mais baixa, prejudicados pela desatualização da faixa de isenção da tabela", dizem os auditores.

Eles ponderam que a simples readequação da tabela do IR com a inserção de mais faixas e alíquotas poderia ter "efeito perverso", pois só atingiria os rendimentos classificados como tributáveis, não alcançando os dividendos (hoje isentos de IR) nem os rendimentos de aplicações financeiras, que são tributados de forma mais branda.

Por isso, a segunda recomendação que consta no parecer prévio é revisar a isenção de IRPF sobre dividendos, instituindo uma alíquota de contribuição em conjunto com o aperfeiçoamento da tributação dos lucros apurados no Imposto de Renda das empresas (IRPJ).

No documento, a equipe técnica do TCU diz que, caso haja somente a revisão da tabela do IR sem o fim da isenção para dividendos, o peso da tributação sobre a

renda recairia principalmente sobre os trabalhadores assalariados e, no limite, incentivaria a "pejotização", pois os dividendos são uma das fontes de renda dos que possuem maior capacidade contributiva (ricos).

Eles lembram que o projeto de reforma do IR, proposto pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso, projetava ganho anual de R\$ 63 bilhões a R\$ 76 bilhões com a aplicação de uma alíquota de 15% sobre lucros e dividendos. Considerando a compensação com a diminuição da alíquota do IRPJ, o impacto cairia para R\$ 20 bilhões, mas ainda seria positivo.

"Além do caráter arrecadatório (fiscal), ambas as medidas propostas nesses projetos de lei teriam o potencial de mitigar os efeitos regressivos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Física", afirmam os auditores, lembrando que a proposta inicial do governo passado previa também a revogação dos juros sobre o capital próprio (JCP), algo que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) tentou emplacar em 2023, mas não teve sucesso.

A terceira recomendação feita no parecer prévio é a recalibração dos parâmetros do Simples Nacional e lucro presumido, o primeiro para empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões, e o segundo, R\$ 78 milhões. Os auditores constataram dois principais problemas com esses regimes: isenção dos lucros distribuídos pelas empresas e elevados limites de faturamento para enquadramento.

Esses problemas identificados, diz o parecer prévio, incentivam à "pejotização" e violam o princípio de equidade tributária horizontal. O documento lembra que não é prática internacional conceder benefícios fiscais a empresas com faturamento superior a US\$ 1 milhão. "Essa disparidade no tratamento tributário entre empresas sob diferentes regimes de tributação resulta em distorções significativas no sistema tributário brasileiro, prejudicando a justiça e a equidade no tratamento dos contribuintes."

Outra recomendação que consta no parecer prévio é aperfeiçoar o Simples Nacional. Além da questão do limite muito alto de faturamento para enquadramento, os auditores criticam a existência de múltiplas faixas de faturamento e setores de atuação, cada uma com suas próprias alíquotas. "Isso gera competição desigual no mercado, em que empresas com

faturamento próximo podem estar sujeitas a cargas tributárias distintas."

Por fim, a quinta recomendação diz respeito à adoção de mecanismos que permitam a consolidação das informações financeiras de todas as entidades de um grupo empresarial. Isso porque a base de cálculo do IRPJ é apurada individualmente por CNPJ, o que pode não refletir a realidade econômica dos grupos. "Estes grupos frequentemente se estruturam com múltiplos CNPJ"s como parte de estratégias de planejamento tributário", diz o parecer prévio. Os auditores lembram que vários países adotam a tributação consolidada da renda, o que contribui para a equidade e imparcialidade e reduz práticas de planejamento tributário abusivo.

Os técnicos também afirmam que a progressividade no sistema tributário deve ser acompanhada "de outras medidas que fortaleçam a justiça fiscal, como a simplificação, a transparência, a fiscalização e a participação social".

O parecer prévio faz parte de um processo aberto pelo TCU para avaliar a tributação sobre a renda no Brasil. O documento foi enviado para comentários da Casa Civil, da **Receita Federal** e da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Depois dos gestores emitirem comentários, será feita a versão final do relatório, que será levado para votação pelos ministros em plenário. O relator é o ministro Augusto Nardes.

Os **tributos** relacionados a consumo, patrimônio e folha de pagamento não foram incluídos na auditoria.

Parecer prévio faz parte de processo aberto pelo TCU para avaliar tributação sobre a renda

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1§ion=1)**

Receita anula isenção tributária para líderes religiosos

Agência Brasil

Líderes religiosos, como pastores e ministros, deixarão de ter isenção tributária sobre os salários. A **Receita Federal** editou ato declaratório que reverteu decisão do governo anterior. A medida foi publicada nesta quarta-feira (17) no Diário Oficial da União.

Assinado pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o ato declaratório suspende o benefício concedido pelo ex-secretário especial do órgão Julio Cesar Vieira Gomes, pouco antes do início da campanha eleitoral de 2022. Segundo o Fisco, a reversão da isenção tributária seguiu determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O ato declaratório representa uma interpretação da **Receita Federal** sobre a aplicação de normas fiscais. Segundo o TCU, a isenção é considerada atípica porque não foi analisada pela Subsecretaria de Tributação da Receita.

Segundo o ato cancelado, "serão consideradas remuneração somente as parcelas pagas com características e em condições que, comprovadamente, estejam relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado, hipótese em que o ministro ou membro, em relação a essas parcelas, será considerado segurado contribuinte individual, prestador de serviços à entidade ou à instituição de ensino vocacional".

O ex-secretário especial Julio Cesar foi exonerado da **Receita Federal** em junho do ano passado, após sair à tona o envolvimento dele no caso da liberação de joias dadas de presente por governos estrangeiros ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Quando comandava o órgão, Julio Cesar assinou o despacho que pedia aos auditores da Receita no Aeroporto de Guarulhos que entregassem um conjunto de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente em 2022. A defesa de Bolsonaro nega qualquer irregularidade.

Site: <https://grupoahora.net.br/impresso/a-hora-18-01-24/>

Concentração aumenta, e 5% mais ricos já detêm 40% da renda nacional

CÁSSIA ALMEIDA *cassia@oglobo.com.br* -

A concentração de renda no Brasil aumentou, de acordo com levantamento feito pela Fundação Getulio Vargas (FGV), com base nos dados do Imposto de Renda (IR). O estudo, antecipado pelo jornal Folha de S.Paulo, mostra que os 5% mais ricos detinham 39,9% da renda nacional em 2022, acima dos 36,5% de 2017. No momento em que o governo precisa apresentar a reforma dos **impostos** sobre a renda, esses dados indicam que os mais ricos pagam uma alíquota bem menor do que a classe média.

"Enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período de cinco anos, marcado pela pandemia, a variação registrada pelos mais ricos foi de 51%, 67% e 87% nos estratos mais seletos (entre 5%, 1% e 0,1% mais ricos). Entre os 15 mil milionários que compõem o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 96%", diz o estudo.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda divulgou no fim do ano passado as alíquotas pagas pelos que declaram IR.

Como a maior parte dos rendimentos dos mais ricos é de lucros e dividendos, que são isentos na pessoa física, a alíquota efetiva, aquela cobrada sobre os rendimentos totais, descontadas as deduções, começa a cair quando chega aos 7% mais ricos.

- A isenção para lucros e dividendos na pessoa física e os ganhos de tributação exclusiva estão concentrados no topo, o que reforça um padrão de desigualdade. Tributamos menos o topo e mais o meio da distribuição. Isso viola o princípio da tributação direta, que é quem mais ganha deveria contribuir mais. O 1% mais rico pagou em 2022 o mesmo que os 40% (entre os declarantes do Imposto de Renda) -afirma Débora Freire, subsecretária de Política Fiscal.

EM ALCANÇAR O TOPO

Segundo o estudo do economista Sergio Gobetti, da FGV, para estar entre o 0,1% mais rico "é necessário ter uma renda de pelo menos R\$ 140 mil mensais. Já para pertencer ao 1% mais rico, basta ter renda superior a R\$ 30 mil. E a porta de entrada para os 5% mais ricos são R\$ 10 mil mensais, o que inclui na

prática grande parte da nossa classe média".

Débora explica que essas distorções na tributação da renda vêm sendo discutidas desde 2015, quando a **Receita Federal** começou a divulgar esses números.

-É um objetivo do governo reduzir as distorções - afirma a subsecretária.

Para Pedro Herculano Ferreira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que remontou a série histórica da desigualdade de renda no século XX, considerando os dados do IR, os números mostram que a desigualdade diminuiu, mas não alcançou o topo, que continua aumentando sua participação na renda nacional: -Os mais pobres se aproximaram do meio da distribuição, comprimindo a metade de baixo. Esses números são um balde de água fria. Não existe país comparável com o Brasil que esteja tendo sucesso nisso (alcançar o topo na redução da desigualdade).

Rodrigo Orair, diretor da Secretária Extraordinária da **Reforma Tributária**, diz que qualquer alteração na tributação dos mais ricos tem que estar atrelada a uma mudança também no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: -Há um diagnóstico de que a renda do capital é menos tributada do que a renda do trabalho, mas é preciso ter algumas cautelas em relação aos números. Eles não captam a tributação do lucro da empresa.

Tem que analisar vendo a integração da empresa com a pessoa física, numa abordagem mais sistêmica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renda dos mais ricos aumenta o triplo no Brasil

O Brasil possui 154 mil pessoas que pertencem ao topo da pirâmide social, os chamados muito ricos. A renda dessas pessoas cresceu nos últimos anos, alcançando o triplo se comparado ao ritmo de crescimento do restante da população. A maior concentração da riqueza dessas pessoas foi observada no fim do governo de Jair Bolsonaro (PL). Esse público representa 0,01% da população, mas o crescimento médio da renda praticamente dobrou (96%) entre 2017 e 2022. Enquanto isso, os ganhos da imensa maioria da população adulta (os 95% mais pobres) não avançou mais do que 33% pouca coisa acima da **inflação** do período (31%). Entre os fatores que explicam esse cenário estão os avanços da atividade rural, que cresceu especialmente entre os mais ricos, e o aumento do valor distribuído em forma de lucros e dividendos, que passou de R\$ 371 bilhões em 2017 para R\$ 830 bilhões em 2022.

O dado consta em nota técnica assinada pelo economista Sérgio Gobetti e publicada pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas. Este é o primeiro cálculo da concentração no topo da pirâmide no Brasil feito após a divulgação de dados mais detalhados das declarações do Imposto de Renda (IR) pela **Receita Federal**.

Com essas informações, foi possível verificar quanto ganham as pessoas mais ricas do país e comparar com a evolução da renda de todos os brasileiros, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao ampliar a análise para identificar a renda do grupo 0,1% mais rico, formado por cerca de 154 mil pessoas, o pesquisador observou que ela cresceu em média 87% entre 2017 e 2022. O ganho mensal desses brasileiros subiu de R\$ 236 mil para R\$ 441 mil nos cinco anos do levantamento.

Na fatia 1% mais rica, o crescimento também foi alto, de 67%. Entre os 5% com mais ganhos, de 51%. "Ao que tudo indica, o nível de concentração de renda no topo bateu um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilidade da desigualdade" disse o pesquisador. Segundo o estudo, a concentração de renda ocorre principalmente entre aqueles que ganham acima de R\$ 140 mil mensais líquidos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-01-2024-edicao24747/>

TCU: déficit pode ir a R\$ 55,3 bi em 2024

ALVARO GRIBEL alvaro.gribel@oglobo.com.br
BRASÍLIA -

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou relatório ontem com um alerta sobre o Orçamento de 2024 enviado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional - que ainda depende da sanção do presidente Lula. Técnicos do tribunal veem fortes indícios de que as receitas previstas para este ano estão superestimadas, com possibilidade de déficit de até R\$ 55,3 bilhões. A meta prevista pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é de déficit zero.

"A equipe constatou que a estimativa da Receita Primária Federal Líquida, em 19,2% do **PIB**, é muito acima do que foi observado nos anos recentes, indicando estar superestimada. Isso indica a possibilidade de se ter déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões e de descumprimento da meta de resultado fiscal proposta no Projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2024", diz trecho do relatório.

Além disso, o Tribunal afirma que os R\$ 12,5 bilhões de cortes de despesas previstas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não são factíveis.

"O trabalho também verificou ausência de viabilidade, razoabilidade e factibilidade do valor estimado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (R\$ 12,5 bilhões) em economia de despesas. As informações do Ploa 2024 (projeto do Orçamento) não consignam de forma expressa a metodologia e os critérios para adoção de medidas administrativas relacionadas à revisão e a novas concessões de benefícios, o que, para o Tribunal, gera incerteza do corte desses gastos", afirma o TCU.

PREOCUPAÇÃO COM DÍVIDA Os juros reais elevados no país, acima de 6%, são outro problema, segundo o TCU. Isso fará com que o déficit nominal (que coloca nas contas as despesas com juros) do governo permaneça elevado, o que coloca em risco a sustentabilidade da dívida pública nos próximos dez anos.

"O TCU constatou que, com as atuais taxas reais de juros acima de 6% ao ano, a sustentabilidade da dívida líquida do setor público parece não ser alcançável nos próximos dez anos caso se tenham receitas primárias líquidas em 18,2% do **PIB**, mesmo percentual observado em 2022, e despesas primárias crescendo a 70% do crescimento do **PIB**", afirma o texto.

O relatório faz parte de um processo aberto para examinar a consistência fiscal das estimativas de receitas do governo em 2024.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

TCU vê rombo de R\$ 55,3 bi em 2024 como possível

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou relatório ontem com um alerta sobre o Orçamento de 2024 enviado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional.

Segundo técnicos, há fortes indicativos de que as receitas previstas para 2024 estão superestimadas, com possibilidade de déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões. A meta prevista, ao contrário, é de déficit zero.

"A equipe constatou que a estimativa da Receita Primária Federal Líquida, em 19,2% do **PIB**, é muito acima do que foi observado nos anos recentes, indicando estar superestimada. Isso indica a possibilidade de se ter déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões e de descumprimento da meta de resultado fiscal proposta no Projeto de LDO para 2024", diz trecho.

O tribunal diz que R\$ 12,5 bilhões de cortes de despesas previstas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não é "factível".

"As informações não consignam de forma expressa a metodologia e os critérios para adoção de medidas administrativas relacionadas à revisão e a novas concessões de benefícios, o que, para o Tribunal, gera incerteza do corte desses gastos".

Nova regra na Previdência Complementar: mais controle e flexibilidade - ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Em muitos países como no Brasil, o sistema de **previdência social** pública não é suficiente para garantir um padrão de vida confortável na aposentadoria.

A **previdência complementar**, popularmente conhecida como previdência privada, pode servir como um complemento, ajudando a preencher possíveis lacunas na renda. Ela é uma forma de planejar o futuro a longo prazo, permitindo que o indivíduo crie uma reserva acessível na aposentadoria para garantir estabilidade financeira.

Nessa temática, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na última semana, a Lei 14.803 que permite a participantes de planos de **previdência complementar** optarem pelo regime de tributação no momento de resgate dos benefícios. O que muda na prática e quais os efeitos disso é o que veremos nesse artigo.

Antes de compreendermos o que mudou, precisamos entender o cenário-base, ou seja, como era a estrutura da escolha de um plano de previdência até então. Ao escolher uma **previdência complementar** no Brasil, é necessário considerar diversos aspectos para tomar uma decisão alinhada aos objetivos financeiros. Dois pontos cruciais são (i) a escolha da modalidade e (ii) o regime de tributação incidente.

Em relação ao primeiro ponto, cabe ao investidor optar por um plano do tipo Plano Gerador de Benefício Livre, também conhecido como PGBL, ou Vida Gerador de Benefício Livre, VGBL. Ambos são modalidades distintas de previdência privada, cada qual com características próprias. No PGBL, as contribuições são dedutíveis do Imposto de Renda (IR), permitindo uma economia fiscal imediata, enquanto o VGBL não proporciona essa dedução. Essa escolha, naturalmente, depende do perfil do investidor e da sua situação tributária.

Se o contribuinte faz a declaração completa do IR e pode usufruir do benefício fiscal, o PGBL pode ser mais vantajoso.

Caso contrário, o VGBL pode ser a opção mais adequada.

Outro fator crucial é a decisão acerca do regime de tributação incidente. Até então, no ato da contratação do plano, o investidor deveria escolher entre dois tipos de tributação da sua renda e rendimento relacionados ao plano: tabela progressiva ou tabela regressiva. Na tabela progressiva, as alíquotas de imposto, que variam de 0 a 27,5%, aumentam conforme o valor resgatado, sendo mais elevadas para quantias maiores. Em outras palavras, o valor do imposto a ser pago é função do valor do benefício: quanto maior for esse valor, maior será a alíquota. Essa opção pode ser interessante para quem planeja resgates menores, pois as alíquotas iniciais são mais baixas. Por outro lado, a tabela regressiva reduz as alíquotas ao longo do tempo, favorecendo quem pretende manter os recursos investidos por períodos mais longos. Para períodos de até 2 anos, a alíquota correspondente é de 35%, ao passo que, para prazos de aplicação superiores a 10 anos, esse percentual cai a 10%.

O grande problema, nos moldes vigentes até o início deste ano, era de que a escolha pelo modelo de tributação se dava até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso no plano de previdência, período envolto de incertezas. Apesar de ser um produto voltado à aposentadoria e, portanto, de longo prazo, é bastante incerto saber quando o investidor irá precisar dos recursos e o quanto irá resgatar, tornando essa escolha um jogo de probabilidades.

Com a nova regra, porém, o investidor poderá optar pelo modelo de tributação até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate referente aos valores acumulados. Isso é muito vantajoso, uma vez que a escolha do regime tributário ideal depende de vários fatores, como o tempo de aplicação do dinheiro e o montante a ser resgatado. A opção antecipada impunha uma dificuldade em analisar qual seria o regime mais benéfico do ponto de vista financeiro. Agora, a possibilidade de escolha no momento do resgate dá aos beneficiários o controle sobre sua carga tributária, possibilitando uma tributação mais justa, de acordo com suas respectivas

capacidades contributivas. Além disso, proporciona uma decisão mais clara e informada.

A previdência privada é um veículo de investimento muito importante, especialmente no contexto brasileiro. A mudança, muito bem-vinda, irá gerar impactos positivos diretos para investidores e seguradoras. Para além de seus diversos efeitos positivos, a nova lei tende a aumentar a atratividade da sua estrutura.

GUILHERME ALMEIDA* * Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno.

Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

Redes Sociais Instagram: @guilherme.certifiquei
Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista>

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/educacao-de-18-01-2024/>

Governo estima elevar a receita em R\$ 20 bi

(Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/Folhapress)

Nas estimativas divulgadas pelo governo na ocasião do anúncio, limitar as compensações poderia elevar a arrecadação federal em cerca de R\$ 20 bilhões já neste ano.

Além de compensar a perda de arrecadação com a prorrogação da desoneração dos setores, o governo corre o risco de ter de acomodar no Orçamento a frustração de receitas com o benefício aos municípios.

Durante a tramitação da desoneração, em 2023, os congressistas incluíram um dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota paga por municípios com até 156,2 mil habitantes ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em ano de eleições municipais, há uma forte pressão dos prefeitos para manter esse benefício, revogado pela MP do governo.

Os parlamentares buscam uma saída técnica para manter a desoneração da contribuição previdenciária paga pelas prefeituras, mas há discussões sobre o formato para não esbarrar em dispositivos constitucionais.

"A decisão política está tomada, vale a decisão do Congresso. Agora é ajustar procedimento, se devolve ou revoga a MP, com envio de PL [projeto de lei] sugerindo compensações", disse à Folha o senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor do projeto que estende a desoneração por mais quatro anos.

O benefício da desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e prorrogado sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

A desoneração vale para 17 setores da economia.

Entre eles está o de comunicação.

Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

O projeto foi aprovado com ampla maioria nas duas Casas e, depois, vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mais tarde, o veto foi derrubado

pelo Congresso.

"O mais importante é a manutenção de uma política pública que reduz **impostos** para quem produz e garante empregos para quem trabalha", afirmou Efraim Filho.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-18-01-2024/>

Municípios discutem autonomia tributária

A reforma tributária provocará os efeitos mais diversos na relação dos municípios com os Estados e a União.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), entidade portadora dos interesses dos municípios, já colocou a pauta na ordem do dia e ontem o presidente Paulo Ziulkoski promoveu uma reunião de alinhamento com um grupo de auditores e fiscais de Municípios.

Mais autonomia e independência Criado pela entidade, o grupo visa estruturar pontos da **Reforma Tributária** importantes e que envolvam as diversas realidades municipais.

Ziulkoski teve papel importante na discussão da matéria no Congresso, para que viesse a ser justa e igualitária. "Estamos em defesa dos municípios. Queremos mais autonomia e independência para todos os mais de cinco mil municípios", disse ele.

Entre os desafios do grupo está a coleta de informação na ponta, nas localidades, para a elaboração de estudos e contribuições para o debate das Leis Complementares e operacionalização. O consultor de Finanças da CNM, Eudes Sippel, foi escolhido para coordenar o Grupo de Trabalho.

"Nosso objetivo é aproximar e buscar uma legitimidade maior nesse processo em torno do que a CNM defende. Não estamos nesse processo sozinhos. Temos colegas de todo o País, de várias regiões para bem servir os interesses do conjunto dos municípios", disse Sippel.

Para Ziulkoski, a criação do grupo é apenas o primeiro passo e que outros embates estão por vir. "O nosso grande desafio é como preparar a área tributária nos municípios", afirmou.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2636/18-01-2024/>

Inovação é principal trava para crescimento do país

JULIANA CAUSIN juliana.causin@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO-

A inovação - a capacidade de absorver e se adaptar a avanços tecnológicos, sociais e institucionais - é a principal trava do Brasil para garantir crescimento econômico significativo no longo prazo, avalia o Fórum Econômico Mundial.

A conclusão faz parte do relatório "The Future of Growth Framework" (Panorama para o Futuro do Crescimento), que teve a primeira edição divulgada ontem, em Davos.

O objetivo é ser uma alternativa mais abrangente para mensurar o crescimento econômico.

A premissa é a de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) é insuficiente para avaliar a qualidade e a natureza do crescimento econômico.

O estudo leva em conta o **PIB** per capita e indicadores em inclusão, sustentabilidade, resiliência e inovação. Ao todo, 107 países foram avaliados.

Inclusão, ou seja, o quanto uma economia gera de oportunidades equânimes, e resiliência, que mede até que ponto as economias resistem a choques externos, foram os indicadores que tiveram as médias globais mais altas - 55,9 e 52,8, respectivamente, em uma escala de 0 a 100. Sustentabilidade (capacidade de a economia manter estratégia ecológica) e inovação tiveram os piores resultados gerais, com 46,8 e 45,2.

O Brasil aparece abaixo da média em três dos quatro indicadores, com destaque negativo para inovação (41,8).

Pesaram o desempenho na produção de patentes; registro de marcas; exportação de serviços avançados; e capital em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

No geral, o país aparece com resultado mediano e insuficiente para garantir o crescimento econômico robusto no futuro, diz Hugo Tadeu, professor e diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC) e um dos responsáveis pela avaliação do Brasil: -É preciso discutir um plano estratégico de inovação. Isso tem a ver com um

Estado indutor, que discute geração de conhecimento que vai gerar riqueza lá na frente.

JUNTO COM BENIN E GANA

Entre os países que lideraram o resultado em inovação estão Suíça (80,3), Cingapura (76,4) Suécia (74,9), Dinamarca (73,4) e EUA (74,0). Em comum, países que tiveram bom resultado no indicador têm **PIB** per capita mais alto.

"Quanto mais os países aumentam sua capacidade de adotar e produzir novas tecnologias e modelos de negócios inovadores, mais eles podem alcançar padrões de vida mais elevados", diz o documento.

O Brasil fica atrás da média em inclusão (55,3), com destaque negativo para a alta concentração de renda, e em resiliência (55,9), que incluiu nota zero na polarização política. A pontuação mais alta é em sustentabilidade (56), puxado por energia renovável, política para combustíveis fósseis e nível de recursos hídricos.

O estudo agrupou os países em blocos. O Brasil está no grupo F, de economias que constroem "inovação, inclusão e resiliência em parâmetros baixos, com impacto ambiental comparativamente baixo", junto com Benin, Costa do Marfim, Gana, Índia, Jordânia e Quênia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Municípios preveem FPM acima da inflação neste ano

Rodrigo Carro

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deverá registrar neste ano aumento acima da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo projeções de entidades municipalistas.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) estima incremento na casa de 5,3%, em termos nominais, na comparação com o montante repassado em 2023. Isso representaria um adicional em torno de R\$ 8 bilhões para as prefeituras.

Já a Confederação Nacional de Municípios (CNM) projeta uma expansão superior a 15%, embora reconheça em nota técnica que um crescimento desta ordem "pode ser difícil de alcançar".

Na edição mais recente do relatório Focus, do Banco Central, a expectativa é de que o IPCA acumule variação positiva de 3,87% no ano.

Instituição que reúne 415 médias e grandes cidades, a Frente Nacional de Prefeitos traçou três cenários. Um primeiro, básico, se baseia no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024, aprovado no fim do ano passado. O projeto estima receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro seguinte.

Para este ano, a previsão contida no PLOA é de que sejam repassados R\$ 160,2 bilhões em recursos do Fundo de Participação dos Municípios, contra R\$ 152 bilhões em 2023. As cifras não incluem os valores relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Nesse cenário, o avanço seria de 5,35%. A projeção leva em conta um IPCA de 3,3% e uma expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,26% neste ano.

Um segundo cenário - feito a partir das expectativas de mercado resumidas no relatório Focus de 15 de janeiro - prevê crescimento nominal de 5,24% no montante do FPM, com base num IPCA de 3,87% e um incremento de 1,59% no **PIB**.

O terceiro cenário da FNP foi elaborado a partir de projeções macroeconômicas do Bradesco divulgadas em 22 de dezembro. À época, os prognósticos do

banco para a **inflação** e a expansão da economia brasileira eram de 3,6% e 2%, respectivamente. Nesse caso, o FPM aumentaria 5,38%.

O Fundo de Participação dos Municípios é abastecido principalmente com recursos do Imposto de Renda (IR), que representam 86% do total. Os 14% restantes vêm do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Assessor econômico da FNP, Kleber Castro explica que a elasticidade - a sensibilidade da arrecadação tributária com relação às variações do **PIB** - foi estimada em 0,95 num estudo publicado em 2018 pela Instituição Fiscal Independente (IFI). Ou seja, os altos e baixos da economia tendem a se traduzir quase que diretamente no incremento e na queda das receitas tributárias.

"As propostas do governo federal visando a aumentar arrecadação devem elevar a receita de Imposto de Renda, incrementando o FPM. Assim, o crescimento real robusto depende do sucesso do governo federal nesses projetos", esclarece Castro.

Em nota técnica, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) projeta expansão de 15,2% no FPM neste ano, na comparação entre o valor autorizado em 2023 e aquele enviado para sanção presidencial ao Orçamento-Geral da União para 2024 tem prazo até 22 de janeiro para ser sancionado ou vetado pelo presidente da República. Quando se compara o valor esperado para o FPM este ano com o valor executado em 2023, o incremento é ainda maior (18,3%).

"Esse bom crescimento do FPM em 2024 pode ser difícil de alcançar, pois está condicionado aos efeitos de proposições em tramitação ou aprovadas no Congresso Nacional. No PLOA havia, no caso específico do FPM, o condicionamento de R\$ 18 bilhões, que depende de medidas legislativas no Congresso", informa a nota técnica da Confederação Nacional de Municípios.

"Esses R\$ 18 bilhões correspondem a uma parte da arrecadação do governo federal que não é certa", diz Paulo Ziulkoski, presidente da CNM. O dirigente municipalista lembra ainda que a ampliação da faixa de isenção do IR, iniciada em 2023, impacta diretamente as finanças municipais na medida em que o Imposto de Renda retido dos servidores fica com as

prefeituras.

Desconsiderando os R\$ 18 bilhões extras, o percentual de crescimento projetado pela Confederação Nacional de Municípios se aproxima daquele calculado pela Frente Nacional de Prefeitos: cai de 15,2% para 6%.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1§ion=1)**

Juro real cai à mínima em dois anos, mas permanece restritivo

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

O alívio relevante observado nos juros de mercado desde novembro e a perspectiva de continuidade do processo de desinflação, ainda que gradual, levaram o juro real a rondar o nível de 6%, nas mínimas em dois anos. Participantes do mercado enxergam algum espaço para quedas adicionais no curto prazo, mas veem limites, ao observarem que o juro real permanece no terreno restritivo, em linha com a postura cautelosa adotada pelo Banco Central em sua comunicação.

Cálculo do Valor Data a partir do contrato de swap de juro de 360 dias descontada a expectativa de **inflação** um ano à frente indica um juro real em 5,97%, nos menores níveis desde dezembro de 2021.

"O BC tem **comunicado** que tem a intenção de seguir com um ritmo bem lento de redução dos juros e o mercado está trabalhando com isso. Temos visto uma dificuldade do mercado em colocar no preço cortes maiores porque não conseguimos ver motivos para divergir do que o BC tem sinalizado", diz o economista-chefe da JGP, Fernando Rocha. Para ele, o recuo gradual do juro real neste ano guarda relação com a **inflação** de serviços no Brasil, que ainda está acima da meta e em ritmo lento de queda.

"Às vezes, acontece de o mercado discordar do BC, mas, desta vez, isso não aconteceu porque os dados não têm mostrado coisas diferentes. Como era de se esperar, a atividade desacelerou, mas não fomos para uma situação em que parece que o **PIB** será muito fraco. E, nos dados de **inflação**, ainda não conseguimos ter confiança de que a dinâmica vai ser melhor e, por isso, temos visto certa estabilidade nas projeções de **inflação** para este ano, entre 3,8% e 3,9%", afirma Rocha. Para ele, o mercado "não consegue embarcarem uma onda diferente do que está sendo precificado".

Esse movimento é refletido na relativa estabilidade dos juros de mercado de um ano à frente. Desde o início de novembro, o swap de juro de 360 dias tem operado entre 10% e 11% e, nas últimas semanas, a taxa oscilou na faixa inferior desse intervalo, ao mesmo tempo em que as expectativas de **inflação** têm se mantido praticamente inalteradas, com mudanças bastante contidas. Assim, em bora esteja nos menores

níveis em dois anos, o processo de queda do juro real tem sido bastante lento.

O economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, vê espaço para quedas adicionais da taxa real, na medida em que a política monetária busca o nível de equilíbrio. "Se somarmos a queda da **inflação** com a dos juros nominais, há algo em torno de 3 pontos percentuais para a Selic continuar caindo. Com isso, o BC encerraria o ciclo por volta do juro neutro", afirma Fonseca, ao se referir ao nível da taxa de juros que não contrai nem estimula a economia.

Neste momento, o BC tem trabalhado com uma taxa neutra de 4,5% em termos reais, enquanto boa parte do mercado calcula, em seus cenários, um juro real neutro mais alto, em torno de 5%.

Embora projete uma Selic em torno de 8,5% no fim do ciclo, Fonseca ressalta que não é possível isolar a política monetária do restante da política econômica. Assim, ao avaliar o retorno da política fiscal e parafiscal ao campo expansionista, o profissional defende que há fatores que podem se opor ao efeito contracionista do juro real, o que, de alguma forma, poderia atrapalhar o canal de transmissão da política monetária.

"O que temos que ter em mente é que temos espaço, olhando para os juros reais e para as estimativas de taxa neutra, para os juros nominais caírem bastante. Mas o momento ainda é de cautela. O BC tem que levar em consideração essas outras dimensões da política econômica. É por isso, que não vemos os juros terminais caindo muito abaixo desse patamar [de 8,5%]. O quadro de expansão fiscal coloca um limite para a queda dos juros reais", enfatiza Fonseca.

Não por acaso, no cenário básico do BNP Paribas, a Selic cai a 8,5% neste ano, mas volta a subir em 2025 e chega a 10%, em um movimento que ocorre na esteira da expectativa de alguma piora no cenário doméstico, especialmente na condução das contas públicas. Na pesquisa conduzida pelo Valor com 120 casas, divulgada em 2 de janeiro, apenas duas projetavam aumento da taxa de juros no próximo ano em relação às expectativas para a Selic no fim de 2024.

Ao citar elementos como o cenário externo, a

discussão fiscal de curto prazo e a **inflação** corrente, a economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, vê espaço para a Selic cair a 8,5% neste ano, com a manutenção do ritmo de flexibilização. "Mas, em 2025, fica mais difícil a questão fiscal", afirma a profissional, ao lembrar que a meta de resultado primário para o próximo ano é de superávit de 0,5% do **PIB**. "Temos um cenário fiscal de médio prazo pior e isso se reflete na **inflação**, que projetamos em 4% em 2025, e ainda adotamos um viés de alta." Carvalho acredita que, aos poucos, o mercado deve começar a migrar para um cenário que contemple expectativas inflacionárias ainda mais desancoradas, o que forçaria o BC a abandonar o nível de equilíbrio da Selic de 8,5% e elevar os juros novamente nas três últimas reuniões de 2025, no cenário básico defendido pelo banco.

A economista, porém, observa que, ao longo de todo esse período, a política monetária não deve visitar o terreno expansionista. "No nosso cenário, vamos chegar ao nível neutro só em novembro, o que seria bastante tempo com o juro real no restritivo", diz. Carvalho lembra, adicionalmente, que nos últimos dois anos a política monetária tem continuado no campo contracionista, o que deveria ter um reflexo maior na atividade econômica, que ainda não foi visto. "É o que traz certo conforto para o mercado no sentido de manter a taxa restritiva por mais tempo."

Isso, na visão da economista, gera algum conforto para o mercado ao esperar parcimônia na condução da política monetária. "Não há necessidade de fazer de uma maneira mais rápida porque a atividade não está sendo tão afetada assim. Por isso, tanto os economistas quanto o próprio BC estão confortáveis em manter o juro real contracionista por mais tempo em seus cenários", avalia.

Esse cenário casa, em especial, com o observado no mercado de juro real, extraído do desempenho das taxas das NTN-Bs, títulos públicos atrelados ao IPCA, ou seja, que descontam a **inflação**. De acordo com a Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos, os juros reais são negociados em nível considerado restritivo ao longo de toda a extensão da curva. No curto prazo, com a NTN-B com vencimento em agosto deste ano, as taxas estão bastante restritivas, em 6,45%. No entanto, tanto títulos que vencem em 2025 quanto papéis para prazos ultralongos, como 2055 e 2060, trabalham com juros reais acima de 5%.

O economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, dá ênfase ao elo entre o comportamento dos juros reais brasileiros e o dos Treasuries. Para ele, o BC tem espaço para seguir com os cortes na Selic, porém uma aceleração do

ritmo de ajuste parece improvável no momento. "Vemos uma **inflação** ainda um pouco pressionada pela questão dos alimentos in natura e pelo setor de serviços. Um juro que continua caindo e uma **inflação** um pouco mais alta pode ser positivo para as NTN-Bs", diz Loureiro, em referência ao patamar bastante restritivo de juros de mercado.

"Acho que o conservadorismo dos mercados em relação a apostar em juros no campo expansionista tem ocorrido no mundo inteiro. É possível entender essa cautela. Conforme o ciclo anda, talvez tenhamos espaço para testar o juro abaixo do neutro", diz Loureiro. Ele lembra, ainda, que, quando o BC começou a elevar a Selic, o mercado acreditou que a taxa ficaria em 7% inicialmente, mas, depois, o juro chegou a 13,75%. "Não é um "call" [projeção] para agora, mas pode ser que esse cenário apareça com o tempo." Fernando Rocha, da JGP, também faz ligações entre movimentos passados e o ciclo atual, ao notar que há uma disposição no mercado em apostar em juros mais baixos. "Principalmente entre os traders há uma disposição em buscar posições aplicadas em juros [que apostam na queda das taxas]. O problema é que, quando você olha as justificativas, isso se deve mais a uma assimetria de riscos. Se os EUA acabarem cortando mais, o juro aqui pode ser menor. Estamos em um ciclo de afrouxamento e os ciclos, geralmente, surpreendem em tamanho e vão mais nessa direção, mas o mercado está parando. Ele "anda", mas acaba voltando e fica bem alinhado às projeções do Focus", nota.

Para o economista, à medida que os dados não referendam um possível cenário que pudesse abarcar juros menores, o mercado continua a oscilar entre margens estreitas. No cenário básico da JGP, a expectativa para a Selic segue em 9,5% já há algum tempo. "Normalmente, revisamos com mais frequência. A assimetria é para baixo, até porque 9,5% é um nível alto ainda, mas não consigo ver um IPCA muito distante de 4%, o que daria um juro real de 5,5%, que não é muito diferente do meu nível neutro. Tenho dificuldade em projetar uma Selic mais baixa." Assim, o fiel da balança deve ser o comportamento externo, como aponta Marcelo Fonseca, da Reag. "O canal dos prêmios de risco tem sido contido, no curto prazo, pelo cenário global, especialmente devido às perspectivas para a política monetária nos EUA. Caso contrário, teríamos visto uma dinâmica menos favorável na taxa de câmbio e nas expectativas de **inflação**", diz. "Daí vem a ideia de que o BC siga com uma abordagem cautelosa e uma estratégia gradualista na redução dos juros", defende.

"O momento ainda é de cautela. O quadro de expansão fiscal coloca um limite para a queda dos juros reais" Marcelo Fonseca

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766>

Mercados estendem perdas pelo 2º dia com pessimismo no exterior

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Matheus Prado e Arthur Cagliari De São Paulo

Números acima do esperado das vendas no varejo e da produção industrial dos Estados Unidos em dezembro mantiveram os mercados globais em estado de atenção ontem. Investidores temem que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) possa demorar mais do que o previsto para iniciar seu ciclo de afrouxamento monetário.

A taxa da T-note de 2 anos terminou o dia em alta para 4,363%, de 4,224%, e o retorno da T-note de 10 anos aumentou de 4,067% a 4,109%. Por aqui, o dólar subiu 0,09% ante o real, a R\$ 4,9296. Já o Ibovespa recuou 0,60% e encerrou marcando 128.524 pontos. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 oscilou de 10,125% para 10,105%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 caiu de 9,95% para 9,925%, em movimento de correção.

O dia foi de apetite fraco por risco por conta da alta das vendas no varejo americano-de 0,6% em dezembro ante novembro, acima do consenso - e do inesperado aumento da produção industrial no país no mesmo período, de 0,1%. Uma economia robusta sugere que o Fed não precisará correr para reduzir os juros neste ano, como têm sinalizado seus dirigentes.

"Considerando uma **inflação** de fim de ano ainda alta para padrões americanos, a surpresa positiva no varejo é mais um indicador do termômetro de atividade econômica ainda aquecida. São sinais que diminuem ainda mais a probabilidade de corte de juros pelo Fed no primeiro trimestre de 2024 e devem contribuir para ajustes nas expectativas", avalia Danilo Iglioni, economista-chefe da Nomad.

Em meio aos sinais de que o Fed não precisará cortar os juros tão cedo, os investidores moderaram as expectativas de tal forma que, agora, a probabilidade para corte na reunião de março chegou a se igualar em 50% em relação à chance de manutenção dos juros na faixa atual de 5,25% a 5,5%, de acordo com o CME Group. Foi a primeira vez que isso aconteceu desde que o presidente do Fed, Jerome Powell, deu sinais mais "dovish" (favorável ao aperto) após a reunião de dezembro.

"Embora o Fed possa estar satisfeito com a trajetória

do progresso feito à frente da **inflação**, isso não equivale a concluir que todo o trabalho necessário foi realizado. Foi exatamente essa incerteza que alimentou o debate sobre o primeiro corte nas taxas", dizem Ben Jeffery e Ian Lyngen, analistas de renda fixa do BMO Capital Markets.

Apesar disso, a ponta curta dos Treasuries não deve se desvalorizar tanto além do rendimento atual na casa de 4,35%, dizem eles. "Mesmo que o Fed não reduza os juros nas próximas duas reuniões, a trajetória futura das taxas é menos restritiva e, portanto, os rendimentos só podem subir até certo ponto antes que a T-note de 2 anos se torne uma compra atraente", avaliam Jeffery e Lyngen em nota Segundo o gestor de renda fixa da BlueLine Asset Management, Bruno Santos, a boa performance da curva de juros do Brasil pode ser explicada por uma correção do movimento de terça, à medida que o mercado começou a colocar nos preços uma Selic no fim de ciclo significativamente mais alta do que a taxa observada no Focus.

"Na precificação da curva, temos uma Selic terminal de 9,55% contra um Focus de 9% e há algumas casas com projeções até mais baixas. Esse prêmio dá uma sustentação para a curva de juros e acredito que, com uma precificação de 9,60% para cima, devemos começar a ver casas aplicando."

50% é a chance de corte de juros em março

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766>

BCE deve cortar juros no meio de 2024, diz Lagarde

Eduardo Magossi De São Paulo

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse ontem que poderá realizar cortes de juros este ano, no verão do Hemisfério Norte, em torno de julho. Em entrevista à Bloomberg TV em Davos, onde participa do Fórum Econômico Mundial, Lagarde afirmou que as apostas em cortes agressivos pelo mercado são apenas uma distração. "Não está ajudando na luta contra a inflação, se a antecipação for tal que está muito grande comparada ao que vai realmente acontecer", disse. O mercado estava apostando que o primeiro corte de juros pelo BCE seria em abril.

A dirigente disse que o BCE está no caminho certo, que a inflação está desacelerando para a meta de 2% mas, ao menos que eles tenham certeza que a desinflação é sustentável, ela não irá declarar vitória. Lagarde disse que acredita que os demais membros do BCE também apoiariam um corte no meio do ano. O comitê de política monetária do BCE se reúne em junho e julho.

"Mas eu tenho que ser reservada porque nós também estamos dizendo que somos dependentes de dados e que ainda há um nível de incerteza e alguns indicadores que ainda não estão ancorados no nível que nós gostaríamos de ver", afirmou. Um deles é o reajuste salarial que deve ocorrer em meados de junho e qual vai ser o impacto na renda das famílias.

Segundo ela, os dados dos reajustes salariais vão dar uma boa ideia para onde a renda das famílias está indo e, conseqüentemente, a inflação. "Estou confiante que, a não ser que ocorra outro choque, que atingimos um pico nos juros e que temos que ficar nele o tempo que for necessário. O risco de ir rápido demais [com os cortes] é ter que voltar a subir os juros novamente", disse.

A entrevista de Lagarde foi mais "dovish" (favorável à flexibilização) do que os comentários de outras autoridades do BCE em Davos nos últimos dias. O membro do BCE e presidente do banco central da França, François Villeroy de Galhau, disse que ainda é cedo para declarar vitória na batalha contra a inflação. Para o presidente do banco central alemão, o Bundesbank, Joachim Nagel, qualquer discussão sobre cortes de juros pelo BCE neste momento é

prematura.

Lagarde também voltou a demonstrar sua preocupação com os rumos que as eleições americanas estão tomando e com a ascensão de Donald Trump como possível candidato republicano.

A presidente do BCE afirmou que os EUA são a maior economia do mundo, possuem o maior aparato militar de defesa e a maior democracia. "Estamos atentos ao que está acontecendo lá. O povo americano tem que decidir o que eles querem, como acontece nas democracias, com tudo o que isso tem de bom e de mau", disse. Segundo ela, o BCE trabalha com antecipação, fazendo cenários para os resultados das eleições "como fazemos com a inflação".

Ao ser questionada sobre se, em um possível novo governo Trump, acordos comerciais com a União Europeia poderiam ser suspensos pela aproximação existente com a China, Lagarde respondeu que os europeus precisam ser fortes e unidos. "Não podemos depender de outros países porque, como temos visto, as coisas mudam", disse. Lagarde lembrou que os europeus possuem economias que precisam ser mantidas na Europa para financiar "o que precisa ser financiado" para tornar o continente autossuficiente. "Temos que ser mais unidos e olhar para frente."

"Ainda há um nível de incerteza e alguns indicadores não estão ancorados no nível que nós gostaríamos de ver" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187766>

Companhias aéreas tentam alterar rating para reduzir dívida tributária de R\$ 4 bi

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

Representantes das maiores companhias aéreas do Brasil pediram ao Ministério da Fazenda uma negociação de dívidas tributárias que totalizam R\$ 4 bilhões na intenção de dar um alívio financeiro para o setor, segundo apurou o Valor. As negociações ocorrem com a pasta no momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer, de outro lado, que as empresas diminuam os preços das passagens aéreas, ponto que preocupa a equipe econômica pelo peso na **inflação**.

As empresas alegaram à Fazenda que há dificuldade para aderir às negociações abertas por meio das transações tributárias para os valores que estão na dívida ativa por causa da chamada capacidade de pagamento (Capag), espécie de rating estabelecido para os contribuintes - quanto maior, menor o desconto. Com a revisão da nota, querem que a Fazenda reconheça que sua situação econômica é pior do que foi avaliado anteriormente. As dívidas de todo o setor ultrapassam R\$ 30 bilhões, mas as que pediram negociação somam R\$ 4 bilhões.

As aéreas estão nas categorias A e B e tentam rebaixar essas notas para C ou D - o que poderia gerar desconto de até 100% em multa, juros e encargos legais. Querem que seja levado em consideração o leasing das aeronaves e o acúmulo de dívidas com outros órgãos, como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

A capacidade de pagamento desconsidera o leasing e as aeronaves acabam entrando na conta do patrimônio. Porém, lembram, terão que ser devolvidas ou substituídas pelas companhias às empresas em algum momento.

Ao mesmo tempo, o governo do presidente Lula tem procurado alternativas para reduzir o preço das passagens aéreas. No fim de dezembro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que é justamente isso que preocupa no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Dados do IBGE mostraram que o componente avançou 47,23 em 2023 no IPCA.

"O que está nos preocupando em relação ao IPCA é um item, as passagens aéreas. Cresceram nos últimos

quatro meses 65%", apontou o ministro na ocasião. "Já estavam caras quatro meses atrás e agora subiram 65%", complementou. Semanas antes, o governo anunciou um acordo com as companhias, que se comprometeram a oferecer passagens a preços mais acessíveis aos consumidores.

Na avaliação do ex-diretor da Anac Ricardo Felon, sócio do escritório Felon Barretto Rost, como o setor "ainda está muito pressionado do ponto de vista financeiro pelos custos da pandemia, qualquer medida do governo que possa aliviar o fluxo de caixa das empresas é muito bem-vinda".

Porém, para Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, ao mesmo tempo em que é positivo aumentar as transações tributárias para resolver conflitos e promover incrementos na receita, é preciso buscar um equilíbrio. "Deve-se evitar que se crie um incentivo distorcido às empresas, no sentido de acumular dívidas para negociar lá na frente. Isso acabaria erodindo a arrecadação tributária a médio prazo", pondera.

Pedir a revisão da capacidade

de pagamento é comum a diferentes setores e empresas, segundo o tributarista Flávio de Haro Sanches, sócio do CSMV Advogados. Ele avalia que o pedido sobre o leasing parece coerente. "Já vi uma empresa, de outro setor, apresentar os dados e mostrar no balanço dificuldades e um cenário de complicação, inclusive com laudo de auditoria, que atestou para a Fazenda que havia dificuldade financeira", afirma.

O advogado faz um paralelo com a recuperação judicial, em que é importante mostrar que há dificuldade financeira mas também chance de melhoria no futuro. Ele também destaca que existe judicialização por causa da capacidade de pagamento e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) se comprometeu a revisar a Capag, por ver como foco de judicialização, justamente o que se tenta evitar com a transação.

Segundo Sanches, havia uma certa caixa preta sobre como era feito o cálculo da Capag e, por isso, criou-se uma tese jurídica para questionar o rating. "Já existe a possibilidade administrativa de pedir para a

procuradoria a revisão, justamente porque eles querem evitar a judicialização", afirma.

De cada dez transações, em cerca de três há pedido de revisão da Capag e um é concedido, segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do segundo semestre de 2023. Na época havia na Justiça 71 casos de questionamento do rating (classificação) aplicado pela Fazenda, com 18 recursos na segunda instância, sendo que 15 foram negados em primeiro grau.

Em outubro de 2023, a Portaria nº 1.241 teve como objetivo tornar mais transparente o cálculo realizado para medir a capacidade de pagamento. Foi aberto no site do órgão um caminho para que possam questionar os enquadramentos.

A portaria determina que a PGFN oriente o contribuinte sobre como pedir a revisão da Capag, quando ele entender que os dados usados não foram adequados e que o rating não reflete sua atual situação. A norma ainda abre a possibilidade de o devedor apresentar recurso se for negado pedido de revisão. E garante a apresentação de novo pedido, quando julgado definitivamente o anterior, se demonstrada a ocorrência de fato superveniente que afete a análise original da capacidade de pagamento.

Procuradas pelo Valor, a Fazenda e as companhias Gol, Azul e Latam não se manifestaram. A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) também foi questionada e não se pronunciou.

"Deve-se evitar que se crie um incentivo distorcido às empresas" Felipe Salto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766>

Opep eleva a projeção de oferta do Brasil

Do Estadão Conteúdo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou em 120 mil barris por dia (bpd) sua expectativa para a oferta de combustíveis líquidos do Brasil em 2024, para uma média de 4,3 milhões de bpd, em relatório mensal publicado nesta quarta-feira, 17.

O resultado representa um avanço de 200 mil bpd ante o ano anterior, mas o cartel pondera que "o aumento dos custos no mercado offshore e a **inflação** também podem continuar a atrasar os projetos" e pressionar o crescimento da oferta no curto prazo.

No relatório, a Opep também atualizou suas estimativas para o ano de 2023 e incluiu, pela primeira vez, projeções para 2025. O cartel elevou em 40 mil barris por dia a estimativa para 2023, a 4,1 milhões de bpd, e projetou aceleração da produção em 2025, a 4,4 milhões de bpd.

De acordo com a Opep, a produção de combustíveis líquidos do Brasil voltou a subir 149 mil bpd em novembro, ao nível recorde de 4,4 milhões de bpd, em um crescimento mais forte do que o esperado no quarto trimestre de 2023.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Inflação de 2023 de mais pobres foi quase metade da percebida por mais ricos, diz Ipea

A queda nos preços dos alimentos para consumo em casa e dos artigos de residência freou o ritmo de alta no custo de vida percebido pelas famílias de baixa renda em 2023, enquanto as passagens aéreas e gasolina mais caras pressionaram a **inflação** sentida pelos mais ricos, informou nesta quarta-feira, 17, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda mostra que os preços na economia passaram de uma alta de 0,20% em novembro para uma elevação de 0,61% em dezembro para o segmento familiar de renda muito baixa. Para o grupo de renda alta houve aceleração de uma elevação de 0,58% em novembro para um aumento de 0,62% em dezembro. Com o resultado, a **inflação** acumulada no ano foi de 6,22% na faixa de renda alta (ante 6,83% em 2022) e de 3,27% na faixa de renda muito baixa (ante 6,35% em 2022).

"Com a incorporação desse resultado, nota-se que, embora no acumulado de 2023 todas as faixas de renda tenham apresentado desaceleração da **inflação** em relação à observada no ano anterior, ela foi bem mais intensa no estrato de renda muito baixa", ressaltou Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, na Carta de Conjuntura divulgada nesta quarta-feira.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado pelo Ipea para fazer o cálculo da **inflação** por faixa de renda, passou de uma elevação de 0,28% em novembro para 0,56% em dezembro. A taxa acumulada em 2023 ficou em 4,62%, ante 5,78% em 2022.

As famílias de renda mais baixa viram um arrefecimento maior na **inflação** anual graças à "forte descompressão" registrada nos alimentos para consumo no domicílio, que passaram de uma elevação de preços de 13,2% em 2022 para um recuo de 0,5% em 2023.

"Por certo, dado o peso desses itens alimentícios na cesta de consumo das famílias mais pobres, a queda dos preços da carne (-9,4%), das aves e ovos (-6,8%), dos leites e derivados (-3,0%) e dos óleos e gorduras (-14,5%), em 2023, trouxe um alívio inflacionário maior para esses segmentos.

No caso das faixas de renda mais elevadas, a queda dos preços dos alimentos no domicílio acabou sendo anulada pela alta de 5,3% dos serviços de alimentação fora do domicílio", apontou o Ipea.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-17%2022:09:40.pdf>

Qualidade dos investimentos no País é baixa

DANIELA MACIEL Realizado pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), a pesquisa "Futuro do Crescimento" mostra o Brasil em cima da média mundial e com uma dificuldade preocupante em inovação. O estudo tem como objetivo analisar, de forma multidimensional, o andamento e a qualidade do crescimento econômico dos países, assim como os caminhos de desenvolvimento tomados por diferentes nações.

O crescimento é medido pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita e sua variação nos últimos cinco anos. A escolha do indicador tem relação com adoção de uma medida que realmente traga um resultado mais adequado para os ganhos de produtividade, uma vez que países populosos podem ter **PIB** alto, mas que não resultam em riqueza para os cidadãos.

Para analisar o potencial de crescimento, o relatório observa quatro pilares: inovação, inclusão, sustentabilidade e resiliência, segundo os aspectos talento, recursos financeiros, pesquisa e tecnologia e institucional como subitens. Os indicadores são combinados para formar uma pontuação geral em uma escala de 0 a 100 pontos.

O Brasil, com **PIB** per capita PPP (paridade poder de compra) de USD\$ 16.402 (cerca de R\$ 81.000) considerado no relatório como um país do grupo de renda média alta, registrou, durante o período de 2018 a 2023, um crescimento de 1,22% no **PIB**. Em termos de qualidade desse crescimento, o País obteve pontuações de 41,8 em Inovação, 55,3 em Inclusão, 55 em Sustentabilidade e 52 em Resiliência.

Segundo o diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC, Hugo Tadeu, o resultado brasileiro não destoa muito da média mundial, porém precisa ser aprimorado por meio de políticas públicas e estratégias organizacionais que enfrentem os principais desafios atuais.

"Durante muito tempo entendemos crescimento apenas com base nos resultados econômicos, mas diante dos desafios atuais, precisamos pensar na qualidade desse crescimento.

Avaliar como ele alcança as pessoas e se estamos construindo a base para um crescimento futuro sustentável. As médias mundiais nos pilares analisados ficaram em torno de 50, indicando um grande espaço para crescimento e desenvolvimento.

O Brasil fica mais ou menos nessa média, mas o mais preocupante é a baixa qualidade dos investimentos em inovação que, para nós, deve ser o motor para os outros três pilares", explica Tadeu.

País deixa inovação escapar - Na pesquisa "Futuro do Crescimento", o Brasil apresenta alguns destaques positivos que podem potencializar um crescimento promissor frente a macrotendências, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos hídricos (100) e a maior concentração de oferta de alimentos (100). A forte produção agrícola do País amplia a resiliência a eventos que impactam o suprimento desses recursos básicos.

A infraestrutura de telecomunicações é outro elemento que se sobressai e pode apoiar o desenvolvimento de negócios e a promoção de inclusão e sustentabilidade no País. O 5G habilita ganhos de produtividade e o estabelecimento de novas tecnologias. Os resultados do País indicam boa presença de capital e custo reduzido em tecnologias da informação e comunicação (TICs), bem como boa cobertura de rede móvel.

Por fim, a matriz energética brasileira, seja pela sua diversificação relativa bem como pelo investimento em energia renovável, coloca o Brasil em uma posição vantajosa frente a tendências crescentes de transição energética e descarbonização.

Do outro lado, a construção de uma agenda para o futuro de crescimento do Brasil, deve considerar alguns pontos de atenção que precisam ser endereçados nos próximos anos, considerando os esforços de instituições públicas e privadas: Propriedade intelectual: para avançar no tema, além das publicações científicas que se destacam frente à média global é necessária a produção de conhecimento em forma de patentes e marcas comerciais, fomentando a aplicação e proteção de ativos capazes de gerar riqueza para empresas e o País.

Além disso, o maior desenvolvimento de patentes verdes, associado a tecnologias que minimizem impactos ambientais e promovam a sustentabilidade, são essenciais para o crescimento brasileiro futuro no contexto de transição energética e crises climáticas.

Maior inclusão no sistema financeiro: o Brasil precisa melhorar a distribuição de riquezas e renda e ampliação do acesso a contas bancárias pela população. Relacionado à desigualdade de renda, o

investimento em educação se apresenta como ação indispensável para reverter esse cenário.

Além disso, a redução da desigualdade financeira também está associada ao percentual da população adulta que ainda não possui acesso à conta bancária no Brasil. Apesar de avanços inovadores do Banco Central com a homologação do Pix e desenvolvimento da nova moeda digital brasileira Drex, essas novas soluções e outros serviços financeiros não são acessados por parte da população.

Qualificação e requalificação: as macrotendências digitais estão transformando de maneira significativa as habilidades necessárias para que as empresas permaneçam competitivas e operem efetivamente no cenário de transformação digital.

A pesquisa previu que 44% das habilidades dos trabalhadores no Brasil devem sofrer alterações nos próximos cinco anos e que 60% da força de trabalho atual vai necessitar de treinamentos. Por isso, é imperativo que as empresas adotem uma agenda para o aperfeiçoamento de competências existentes (upskilling) e de aquisição de competências totalmente novas para se adaptarem ao novo ambiente da transformação digital (reskilling).

"Estamos andando de lado, sem gerar valor. Um país não se desenvolve pelo **PIB**, mas pela renda per capita. Por sorte temos um mercado interno pujante porque as nossas exportações não são suficientes. O volume de investimento em inovação não é proporcional ao tamanho do Brasil. Não adianta ter publicações científicas se elas não viram patentes e produtos.

O País precisa urgentemente discutir um plano estratégico de longo prazo para termos um crescimento que nos sustente", alerta o professor da FDC.

Política pública ainda não tem maturidade no Brasil

Quando analisados transversalmente - não com base nos quatro pilares de crescimento (Inovação, Inclusão, Sustentabilidade e Resiliência), mas nos cinco ecossistemas estruturantes (ecossistema de talentos, ecossistema de recursos, ecossistema financeiro, ecossistema tecnológico e ecossistema institucional - os indicadores brasileiros mostram que o País enfrenta significativas fragilidades no ecossistema tecnológico, com pontuação média de 37,1.

A fragilidade no ecossistema tecnológico, que se reflete nos indicadores de impacto, como percentual de exportações de serviços avançados (com apenas 1,5% do **PIB** ou 8,1 pontos), no registro de patentes

(2,4 pontos) ou de marcas (com 13 pontos), não faz jus aos significativos investimentos em P D realizados no país (1,2% do **PIB**). É certo que esse volume ainda é baixo quando comparados com os países mais desenvolvidos (Coreia do Sul 4,8%, EUA 3,4%, Japão 3,3% Suíça 3,2%), mas são importantes na comparação com outras nações latino-americanas (Chile 0,3%, México 0,3%) e mesmo com as grandes economias emergentes (Índia 0,7%, África do Sul 0,6%), refletindo o empenho e a continuidade das políticas de fomento e investimento em PD I no País.

Outros mecanismos podem ser utilizados, como o estímulo à cooperação internacional do setor de tecnologia, promovendo a participação de pesquisadores, empreendedores e empresas brasileiras em eventos e feiras internacionais, estabelecendo parcerias estratégicas com outros países e a criação de programas de incentivo para a adoção de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e descarbonização, em setores estratégicos da economia. O foco destas ações deve ser a abertura de novos negócios e geração de riqueza para o Brasil.

"Se não fizermos investimentos em inovação, não vamos crescer. Ainda não temos o nível de profundidade técnica adequado. Isso tem a ver com o estado indutor, que discute ciência para gerar riqueza: patentes e negócios.

Ainda pensamos em quantidade e não em qualidade.

Países que crescem são os que têm reservas cambiais. E isso vem de uma agenda baseada em produção e crescimento.

A Coreia cresceu porque investiu em educação de qualidade.

Precisamos estimular um ambiente de negócios baseado em setores em que somos competitivos como o agro, mineração, energia, financeiro, por exemplo. Não dá para fazer tudo. Devemos entender em que somos bons, aumentar o nosso nível de poupança e criar uma política de longo prazo que permita transformar nossas potencialidades em diferenciais competitivos", destaca o diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC, Hugo Tadeu.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-18-01-2024/>

IGP-10 acumula menor alta em janeiro em 29 anos

Paula Martini

A safra recorde registrada em 2023 e a estabilização das cadeias produtivas globais após a pandemia contribuíram para que a variação em 12 meses do índice Geral de Preços-10 (IGP-10) em janeiro de 2024 fosse a menor da série histórica para o mês, com queda de 3,2%.

A avaliação é do economista da Fundação Getulio Vargas (FGV) André Braz, responsável pelo indicador, que analisou o acumulado em 12 meses até janeiro desde 1995. Ele lembra que é preciso considerar que a queda vem após altas recordes em 2023 e 2022, quando o acumulado do indicador subiu 4,27% e 17,82% até janeiro, respectivamente.

"Depois da pandemia, as cadeias produtivas globais foram muito afetadas e o índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu muito. Mas 2023 foi um ano de trégua, com as cadeias globais voltando a operar normalmente e com um enfraquecimento de processo inflacionário. Normal que a inflação fique mais baixa porque a safra também foi boa."

Na comparação mensal, o IGP-10 subiu 0,42% em janeiro de 2024, ante 0,62% em dezembro de 2023. De acordo com Braz, o resultado foi fortemente influenciado pela desaceleração de preços da soja e da cana-de-açúcar, que, somados, representam 10% da inflação ao produtor.

O IPA, que reflete o setor atacadista no IGP-10, teve alta de 0,42% em janeiro, após acréscimo de 0,81% um mês antes. "A soja e a cana são culturas de ciclo longo que não são tão afetadas pela sazonalidade. Dada a relevância deles para o IPA, acabam influenciando o índice como um todo", observa.

A inflação dos alimentos processados também perdeu fôlego e passou de 0,86% para 0,72% de dezembro a janeiro. "Isso é bom porque os alimentos processados têm mais peso no orçamento familiar. A carne bovina, por exemplo, havia subido 0,24% em dezembro e ficou neutra em janeiro".

A desaceleração do indicador não foi mais forte em janeiro, segundo o economista, devido aos impactos do El Niño sobre a safra de alimentos in natura, como alface, tomate, cenoura e batata. O fenômeno

climático também é apontado como a causa para a aceleração do IGP-10 em 12 meses na comparação com dezembro, quando registrou queda de 3,56%.

"A aceleração em 12 meses já era prevista porque a queda do ano passado foi sustentada por uma safra extraordinária. Agora não tem como os preços caírem mais. O índice estabiliza ou vai acelerando em direção a zero." Para o economista, a previsão é que o índice de fato acelere em 2024 devido às condições menos favoráveis da safra devido ao El Niño. "Os números estão ficando cada vez menos negativos, o que significa que os alimentos estão voltando a subir impulsionados pelo fenômeno climático. Como resultado, a alimentação vai ter espaço maior na inflação em 2024."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187766?page=1§ion=1>

IGP-10 avança 0,42% em janeiro, diz FGV

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) subiu 0,42% em janeiro, começando o ano com desaceleração ante a alta de 0,62% do mês anterior, em meio a arrefecimento nos preços ao produtor, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ontem.

O avanço registrado em janeiro ficou ligeiramente abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,43%, e levou o índice a acumular queda de 3,20% em 12 meses.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, avançou 0,42% em janeiro, de 0,81% em dezembro.

"Combustíveis, açúcar e soja explicam a desaceleração do índice ao produtor", disse o coordenador dos índices de preços, André Braz, embora tenha alertado que o óleo diesel agora já atingiu o ápice do último reajuste autorizado pela Petrobras. "Nas próximas apurações, o diesel terá uma contribuição menor para o arrefecimento da taxa do IPA." O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), por sua vez, que responde por 30% do indicador geral, acelerou a alta para 0,46% neste mês, contra 0,22% em dezembro.

"Destaca-se o reajuste das mensalidades escolares, que devem impulsionar ainda mais a taxa do IPC ao longo de janeiro", explicou Braz.

Entre os grupos componentes do IPC de maior impacto no mês, Alimentação acelerou a alta de 0,40% para 1,41%, enquanto Educação, Leitura e Recreação passou de ganho de 0,97% para 1,37%.

Enquanto isso, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve alta 0,39% em janeiro, depois de variação positiva de 0,01% no mês passado.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Dados recentes do IBGE mostraram que a **inflação** ao consumidor brasileiro medida pelo IPCA - referência para a meta a ser perseguida pelo BC encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, voltando a ficar abaixo do teto do objetivo depois de dois anos seguidos de estouro.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao->

de-18-01-2024/